

CLÁUDIO HUMBERTO PODER, POLÍTICA & BASTIDORES

com ANDRÉ BRITO E TIAGO VASCONCELOS



DF repara erro do STF e impõe cadastro para protesto

É mais um capítulo do negacionismo e do revanchismo 59
Supetitor Sérgio Moro (Brasão-PI) cobre o compromisso da reforma do ensino médio

O governo do DF ajustou com o Supremo Tribunal Federal (STF) a correção de um grave erro da corte, que aboliu a exigência constitucional de cadastro prévio para a realização de manifestações em Brasília. A decisão lacrada do STF, de 2020, foi adotada a pedido de sindicalistas ligados ao PT, que queriam protestar contra Bolsonaro sem pedir licença. O STF decidiu que notícia sobre o ato atenderia a regra de "aviso prévio". Isso se revelaria desastroso nos atos de vandalismo de 8 de janeiro.

Sem perigo de dar certo

Ao cadastrar a manifestação, os organizadores dão a cara, identificam-se, assumem responsabilidades. O STF havia dispensado a obrigatoriedade.

Votação apertada: 6x5

Relatado por Edson Fachin, a causa teve os votos vencidos de Marco Aurélio, Luiz Fux, Nunes Marques, Alexandre Moraes e Gilmar Mendes.

É para assegurar direitos

O aviso prévio, em vigor nos países democráticos, permite que forças de segurança garantam o direito a manifestações livres e pacíficas.

Sentença liberou geral

De acordo com a sentença lacrada do STF, a exigência constitucional de aviso prévio seria atendida por simples divulgação, até na internet.

Desmonte da reforma do ensino ameaça empregos

Especialistas advertem que o desmonte da reforma do ensino médio, decidido por mentes obtusas, deve reduzir a carga horária e provocar o desemprego em massa de professores. A reforma foi discutida durante anos, atravessando vários governos, inclusive petistas, e implantada no governo de Michel Temer. O objetivo não é educação, é o desmonte do legado de Temer do MEC. A gagueira de Camilo Santana (Educação), anunciando a decisão obscurantista, dá uma pista da ignorância reinante.

Reforma está implantada

A intenção do governo Lula é desmantelar a reforma que, aprovada em 2017, foi implantada ou está em curso em 25 dos 27 Estados brasileiros.

Palavra de especialista

Ex-ministro, ex-secretário do Amazonas e São Paulo e coordenador da Educação do Pará, Roselli Soares advertiu para a perda de empregos.

Aperfeiçoar, tudo bem

Rosselli acha que a reforma deve ser objeto de aperfeiçoamentos, mas avalia que sua suspensão é trágica para a Educação.

Desgaste inevitável

Na reunião com Lula antes da suspensão do calendário da reforma do ensino médio,

Camilo Santana foi cobrado pelo desgaste em parte da base (alunos e professores). Em Educação, burrice não tem perdão.

Roda-presa em ação

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) revelou mensagem que recebeu do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que já indica adiamento da sessão do dia 11 que analisaria a CPMI de 8 de janeiro.

Invasão criminosa

Caroline de Toni (PL-SC) condenou invasão criminosa que o MST promoveu para marcar o "Abril Vermelho" e cobrou pela instalação da CPI. "O terror no campo está de volta", advertiu.

Reajuste

Simone Tebet (Planejamento) recebeu nesta terça (4) o presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz, e o deputado federal Rafael Prudente. Na pauta, reajuste salarial para policiais e bombeiros do DF.

Clima sem pressa

A Comissão de Meio Ambiente da senadora Leila Barros (PDT-DF) aprovou "convite" a Marina Silva para explicar seus planos no Ministério.

O PODER SEM PUDOR

A cuia e o governador

Alecu Collares era governador do Rio Grande do Sul, no início dos anos 1990, e provocou grande polêmica ao proibir o chimarrão durante o expediente, nas repartições. Naqueles dias, ele esteve em Brasília para audiência no Ministério da Agricultura

rio do Meio Ambiente. Deveria cobrar explicações da ministra à mentira de "120 milhões de famintos" no Brasil, durante a COP 27.

Caso triplex

Há 5 anos, o então juiz da Lava Jato Sergio Moro determinava a prisão de Lula, condenado em duas instâncias no caso do triplex e enrolado na operação da PF. A prisão se cumpriu dois dias depois, em 7 de abril.

Fumaça requerida

Curioso detalhe sobre a acusação contra Donald Trump, em Nova York: o órgão federal que investiga fraudes eleitorais já analisou o caso e não viu problema no suposto suborno a uma ex-atriz pornô.

Pegou mal

A CDP, "mais poderosa ONG sobre a qual você nunca ouviu falar", segundo a revista Harvard Business Review, dá notas a empresas que considera "amigáveis ao meio-ambiente". E inclui a JBS. Essas ONGs...

Pensando bem...

...desmontando avanços e reformas só porque são ligados de adversários, Lula mostra a única inauguração em cem dias: do Gabinete do Atraso.

Deputada cobra da área da educação psicólogos em escolas após ataque

Lei aprovada na gestão Bolsonaro obriga a contratação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na rede pública

A deputada federal Taliria Petrone (PSol/RI) enviou ofício ao Ministério da Educação (MEC) e a secretários estaduais de todo o país pedindo informações sobre a realidade atual da disponibilização de atendimento psicológico e de assistência social em escolas públicas da rede básica de ensino. A iniciativa é motivada pelo ataque ocorrido em uma unidade paulista no dia 27 de fevereiro deste ano.

Nesse caso, um aluno que cursava o 8º Ano do Ensino Fundamental é acusado de ato infracional análogo a homicídio, com uso de faca, contra a professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos de idade. Outras cinco pessoas ficaram feridas.

Nos ofícios, a deputada relembra a lei publicada no governo de Jair Bolsonaro (PL) que torna obrigatória a contratação de psicólogos e assistentes sociais para atuar em escolas públicas. Ela pede levantamento sobre quantas unidades já se adequaram à legislação.

"É fundamental que as secretarias cumpram a lei, garantindo a presença de profissionais capacitados e experientes para fomentar processos de mediação das relações sociais e institucionais, a criação de espaços de permanente diálogo e de uma cultura de paz, elementos es-

truturantes e indissociáveis para a construção de uma escola mais acolhedora, inclusiva, democrática e equitativa", afirma a parlamentar.

Ao MEC, a deputada federal propõe que seja criado grupo de trabalho envolvendo o Poder Legislativo, secretarias de Educação e Conselhos de Psicologia e de Serviço Social para acompanhar a contratação dos profissionais. O Brasil sofre mais de um ataque a cada mês em escolas desde agosto do ano passado. Em oito meses, foram nove casos de extrema violência, com sete mortes.

O levantamento, feito por grupo que reúne pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), contabiliza 22 ataques a escolas brasileiras desde 2002, com 35 mortes. Isso sem contar o parente de um dos agressores em Suzano (SP), morto por eles a caminho da unidade de ensino.

Em 2020, foram 13 ataques, média de pouco mais de um episódio a cada dois anos. A média que era bienal passou a ser mensal a partir de agosto de 2022, uma explosão de violência.

O levantamento considera apenas os casos de extrema violência, ou seja, nos quais

houve tentativas de crimes contra a vida, e que foram planejados. Portanto, ficam de fora das estatísticas as brigas que surgem no ambiente escolar, mesmo as mais violentas.

Dos 22 ataques, 16 foram cometidos por alunos e 12 por ex-estudantes. Os acusados têm de 10 a 25 anos de idade, a maioria é branca e do sexo masculino. Do total, 12 foram realizados com armas de fogo, sendo que seis já tinham arma em casa.

Novo Ensino Médio

Após se encontrar com o presidente Lula (PT), ontem (4), o ministro da Educação, Camilo Santana, confirmou que vai suspender o cronograma de implementação do novo Ensino Médio, mas manteve o discurso de que não há planos para a revogação. Ele disse que não haverá avanços na implantação enquanto durarem os trabalhos de comissão que analisa o tema.

Por outro lado, afirmou que não há previsão de que redes de ensino e escolas voltem atrás no processo, iniciado em 2022. A suspensão do cronograma é um gesto político para amenizar as críticas que o governo vem sofrendo sobre o assunto.

Parcela de especialistas, professores e alunos defendem a revogação da reforma por causa dos problemas acumulados na implementação. Integrantes do MEC indicam que o congelamento do calendário tiraria a obrigatoriedade de as redes avançarem na implantação do modelo, ao menos enquanto não houver definição do Ministério sobre eventuais ajustes.

A revogação total depende de aprovação de nova lei no Congresso Nacional. A ideia discutida na reunião em que Camilo esteve com Lula é tentar realizar os ajustes sem a necessidade de mudança legislativa, embora não tenha sido descartado o envio de projeto de lei específico.

Política aprovada em 2017, por medida provisória, durante o governo de Michel Temer (MDB), definiu que parte da carga horária seria escolhida pelos estudantes para que pudessem aprofundar os conhecimentos na área de maior interesse. Ela ampliou o número de horas de aulas anuais obrigatórias para a etapa, passando de 800 para ao menos 1 mil. E a carga horária total do Ensino Médio foi ampliada em 25%, de 2.400 para 3 mil horas, sendo 60% para as disciplinas regulares e 40% para as optativas dentro de cinco grandes áreas do conhecimento.

Bolsonaro devolve 3º kit de joias recebido da Arábia Saudita

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) entregou, nesta terça-feira (4), em uma agência da Caixa Econômica Federal em Brasília o terceiro kit de joias recebido da Arábia Saudita. A providência atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Composto por um relógio da marca Rolex, abotoaduras, um anel em ouro branco, uma caneta da marca Chopard e um tipo de rosário, o conjunto é similar ao que foi entregue pelos advogados do ex-presidente no dia 24 de março deste ano. Bolsonaro recebeu o estojo quando visitou a Arábia Saudita em outubro de 2019. O pacote passou a compor o acervo privado dele no mês seguinte.

O ex-secretário de Comunicação da gestão passada, Fabio Wajnarten, afirmou, em uma rede social, que a entrega reitera o compromisso da defesa do presidente Bolsonaro de devolver todos os presentes que o TCU solicitar, cumprindo a orientação do

Governo quer mais transparência dos incentivos fiscais aos Estados

Os benefícios fiscais aos Estados terão mais transparência para evitar perda de arrecadação para a União, disse, ontem (4), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conversa com jornalistas, ele afirmou que o governo pretende editar medida provisória (MP) para evitar que subvenções (ajuda financeira) para investimentos se-

jam equiparadas a incentivos para custeio. "Lei bem feita não tem plano B. Essas coisas não podem mais acontecer no Brasil", declarou Haddad pouco antes de almoçar com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O encontro tratou dos preparativos para a viagem oficial à China, que ocorrerá na próxima semana. Com Agência Brasil.

Prefeitura Municipal de Pernambuco - Extrato dos Contratos 2023.03.29.001-SEUDUC e 2023.03.29.001-IRH. Contratantes e Agente(s): Secretarias de Recursos Humanos e Secretarias de Educação. Mandante/Prestador: Diretoria de Despesas das Secretarias. Contratos: RI L-Alves Lima. 2023.03.29.001-SEUDUC valor global de R\$ 80.790,00. 2023.03.29.001-IRH valor global de R\$ 88.860,00. Objeto: Contratação de prestação de serviços de manutenção e reparo de motocicletas, para atender as unidades administrativas, da Prefeitura, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo. Procedimento: Licitação: Concorrência Pública Nº 2023.03.14.001-GM - Vigência dos Contratos: 31/12/2023. Doc/Assinatura: 12.12.04.122.0402.2.041.07.07.312.122.0402.2.017. Elemento de Despesa: 33.90.39.00. Assina pelo Contratador: Roberto Lemos Alves Lima. Data de Assinatura: 29/03/2023.

Edison Pereira de Souza, torna público que requereu junto a Autarquia de Meio Ambiente de Belém, a Licença Ambiental Prévia e de Instalação, para a construção de uma residência multifamiliar com área total construída de 412,88 metros quadrados, no Estrado que liga Belém ao Moro Branco, an. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas de licenciamento da ANAMB.

Tatiana Moreira Padua, torna público que requereu junto a Autarquia de Meio Ambiente de Belém, a Licença Ambiental Prévia e de Instalação, para a construção de uma residência multifamiliar com área total construída de 78,100 metros quadrados, Lote 30 e 40, Quilada 04 do Loteamento 01 Bêta do Moro Branco, Belém. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas de licenciamento da ANAMB.

Prefeitura Municipal de Curitiba - O Pregão, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de alteração no edital, resolve ADAR o processo licitatório de Pregão Eletrônico nº 08.000203/2023-PEEP, cujo objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de armas, munições e acessórios, destinados à Guarda Municipal, junto a Secretaria de Segurança Pública, Trabalho e Cidadania do município, com as seguintes datas e horários: 1. Início do recebimento das propostas: das 08h do dia 04/04/2023 - 2. Fim do recebimento de propostas: às 08h do dia 20/04/2023 - 3. Abertura e julgamento das propostas: às 08h01m às 08:59h do dia 20/04/2023 - 4. Início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 20/04/2023. José Ivan de Paula Júnior.

Prefeitura Municipal de Curitiba - A Secretária de Saúde, declara REVOGADO o processo licitatório originado do Edital de Pregão Eletrônico nº 10.000203, cujo objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças quando necessário, montagem e desmontagem de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, com base no caput do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, ao passo que remete o processo de publicação do referido termo, para fins de publicação e eficácia dos atos, conforme as razões fustamente arroladas ao Termo de Revogação constante aos atos do processo em epígrafe. Lady Denise Anselmi Mota.

**JURIMEN DEBENTOR DO POVO LTDA - CNPJ 47.862.238/0001-83
Torna público que requereu ao MAC, a Licença (LAC), para abertura de concessão localizada na Rua Coronel Luciano, 3096, Ponta Grossa/PR (Lote 1), Caixa-CE, Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do MAC.**

**CANCAIM MEI SOBRINHO LTDA - CNPJ 47.862.238/0001-83
Torna público que requereu ao MAC, a Licença (LAC), para abertura de concessão localizada na Rua Coronel Luciano, 1925, Caxia Alta, Caixa-CE, Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do MAC.**

Prefeitura Municipal de Guaranápolis/MS - Aviso de Licitação Pregão Eletrônico Nº 0100230125-PEEP. O Pregão tem caráter público, para contratação de serviços de manutenção de veículos, no período de 19/04/2023, às 09:30h, horário de Brasília/DF, estará realizado licitação, cujo objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (leite, gado, café e especiarias) para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, pelo critério de menor preço, no Termo de Referência constante nos Anexos de Edital e qual encontra-se na íntegra no site do comitê de licitação, situado a Rua Monsenhor Sabino Pinz, 797, Centro, Guaranápolis/MS; no endereço eletrônico www.brasil.gov.br - Acesso Identificado no link - acesso público - no portal www.ato.gov.br. Matéria Informativa, no endereço citado, no horário das 08h às 12h, Max. Ronny Pinheiro.

Michel Construções e Terraplenagens, CNPJ 41.546.850/0001-47, Torna público que requereu a Secretária de Meio Ambiente de Açoaria e Autarquia Ambiental referente a Estação de 48.80m de diâmetro, na Fazenda Mirante, Distrito de São Patrício, Zona Rural de Açoaria, para Permissão de um trecho da CE-371. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento de relevo e estrutura.